

Sociedade corporativa: Relações de reciprocidade, compadrio e parentesco

Diana Fernanda Vaz de Melo dos Santos¹

RESUMO: O presente trabalho está vinculado ao projeto de mestrado “Relações de parentesco, vizinhança e compadrio na freguesia agro-mineradora de Catas Altas (1712 1750)”, a pesquisa está em fase inicial, contudo a proposta é discutir as relações de parentesco e compadrio na sociedade mineira, mais precisamente em Catas Altas, freguesia pertencente ao termo da Vila do Carmo (atual Mariana). Serão usados como fontes os registros paróquias de batismo e casamento da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas disponível virtualmente no site Family Search mantido pelos Mórmons. No primeiro momento a pesquisa está centrada na formação de bancos de dados e fichas individuais dos paroquianos, tendo como foco os vínculos de compadrio estabelecidos entre livres e libertos. Posteriormente os indivíduos com maior número de apadrinhamento de filhos ou nubentes na comunidade terão suas trajetórias rastreadas em inventários post-mortem, testamentos, processos matrimoniais, listas de Quintos Reais etc. A proposta dessa pesquisa é identificar e compreender as lógicas de funcionamento das ditas relações na localidade, tendo como foco a primeira metade do século XVIII, período de grande efervescência econômica e aumento populacional, mas principalmente porque neste período a população está se assentando e com isso criando possíveis vínculos afetivos e financeiros. O objetivo deste artigo é apresentar de forma geral algumas considerações e conceitos trabalhados no projeto de mestrado.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de parentesco; vizinhança e compadrio; *Antigo Regime*; reciprocidade; redes clientelares; economia do dom.

ABSTRACT: This work is linked to the master's degree project "Relati, neighborhood and cronyism in the agro-mining town of Catas Altas (1712 1750)," the research is at an early stage, however the proposal is to discuss the relations of kinship and cronyism in

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

mining company, more precisely in Catas Altas, parish belonging to the term of Vila do Carmo (Mariana current). Will be used as a source baptismal and marriage records parishes of Parish of Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas, available virtually on the Family Search website maintained by Mormons. At first the research is focused on the formation of databases and individual records of parishioners, focusing on the crony links established between free and liberated. Later individuals with a higher number of children sponsorship or spouses in the community sponsorship will have their trajectories traced in postmortem inventories, wills, matrimonial proceedings, Quintos Reais lists etc. The purpose of this research is to identify and understand the logic of functioning of the said relations in the town, focusing on the first half of the XVIII century, a period of great economic unrest and population growth, but mainly because during this period the population is settling and it creating possible emotional and financial ties. The purpose of this article is to present some general considerations and concepts used in the master's degree project.

INTRODUÇÃO

As relações de parentesco e compadrio na sociedade do *Antigo Regime* ultrapassam as relações de vizinhança. O compadrio vai ser utilizado de varias maneiras pelos grupos sociais como instrumento na formação e consolidação de comunidades, assim como possibilitara o estreitamento das relações entre diferentes estratos sociais. Tais vínculos vão ser criados não apenas em grupos de parentescos consanguíneos, mas também na formação de alianças de “parentesco fictício” ou até mesmo redes de clientela. A proposta da pesquisa é identificar e compreender as lógicas de funcionamento das ditas relações em Catas Altas, freguesia pertencente ao termo da Vila do Carmo (atual Mariana) nas Minas Gerais, tendo como foco á primeira metade do século XVIII, período de grande efervescência econômica e aumento populacional, mas principalmente porque neste período a população está se assentando e com isso criando possíveis vínculos afetivos e financeiros. Esta proposta esta ligada fundamentalmente á idéia de *Antigo Regime* na administração portuguesa, a partir do sistema de mercês e da economia do dom, onde o prestígio e as qualificações do individuo eram levados em consideração. Mais especificamente no conceito de reciprocidade, onde os mecanismos de solidariedade são caracterizados por um projeto

social baseado na justiça distributiva e simultaneamente numa rígida hierarquização social e quem garante o funcionamento ou a mediação dessas relações sociais é a Igreja em seu papel de tutora.

Á um debate historiográfico a respeito da utilização ou não de noções de *Antigo Regime, monarquia corporativa e nobreza da terra* para se entender a sociedade colonizada pelos portugueses, mais especificamente a América portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. Segundo Carla Maria C. de Almeida dois pontos principais vem motivando profundas revisões a cerca do período colonial. O primeiro ponto está relacionado com o questionamento das análises estruturais que deixaria o “sujeito” fora dos processos históricos, já o segundo ponto está relacionado com um maior contato com a historiografia portuguesa, que vem contribuindo com novas perspectivas sobre a idéia de “Império português”, isso possibilitou uma serie de novos estudos a respeito da natureza da sociedade colonial brasileira. Neste artigo vamos ver alguns estudos e suas contribuições para as novas perspectivas historiográficas, seja no estudo da família, da relação de parentesco fictício ou de redes clientelar.

Antigo Regime: Sociedade corporativista.

A sociedade colonial baseava-se na concepção corporativa do Antigo Regime. Onde a sociedade e suas hierarquias eram devidamente naturalizadas, ou seja, entre os membros desta sociedade existia um pacto desigual (senhores e subalternos), a hierarquização era intrínseca a sociedade colonial. Segundo João Fragoso pode-se a partir desta concepção entender o engenho como uma aldeia colonial e essa idéia ganha maior significado á partir do entendimento de que além da autoridade do senhor de engenho e das relações de dependência dele derivadas, percebe-se também relações horizontais de sociabilidade entre os diferentes estratos sociais e com isso maior a possibilidade de articulações entre eles (FRAGOSO, 2010). Assim o engenho mostra-se um organismo vivo que ultrapassa a produção na forma de *plantation*, se aproximando mais da idéia de sociedade corporativa com concepção de autogoverno

A partir do estudo de Manuel Hespanha a concepção corporativa² vai se aprofundando. O autor faz uma analogia entre sociedade corporativa e o corpo humano, com intuito de demonstrar que não há intenção de igualar as partes, cada parte tem sua função dentro do todo. E o poder real é limitado neste modelo, onde o poder político deveria ser partilhado entre os corpos sociais e a função da cabeça (Rei) é representar externamente a unidade do corpo e manter a harmonia entre todos os seus membros.

Hespanha estuda a sociedade portuguesa a partir do universo normativo do Antigo Regime, e salienta que este tem contornos complexos, pois é subordinado á moral e a religião. A religião condicionava as representações e práticas sociais, que se baseava em critérios como a amizade, parentesco, fidelidade, honra e serviços, ou seja, práticas informais de poder. A partir desse universo normativo o autor apresenta um conceito chave para se entender esta sociedade, a “economia do dom”, tem como base a tríade de obrigações: dar, receber e retribuir, não está só relacionado com a “economia de favores”, mas também com as possibilidades infinitas de retribuição (econômico e afetivo). A economia do dom aparece como a principal fonte de estruturação das relações políticas, mas também cimenta a natureza das relações sociais. Natureza esta ligada a idéia de amizade, mais especificamente do desequilíbrio caracterizado pela idéia de amizade. Nesta amizade o dominante (credor) dá o benefício e não exige uma contrapartida expressa e imediata, o dominado (devedor), associado à idéia de respeito, serviço, atenção, está sujeito a disponibilidade para prestar serviços futuros. Segundo Hespanha nessas relações há uma tendência a se transformarem em redes clientelares, ideais para concretizar intenções políticas individuais ou alianças de longo tempo. (HESPANHA & XAVIER, 1993b)

A principal crítica de Ivan de Andrade Vellasco, está na origem do conceito de “economia do Dom” usado por Hespanha. Segundo Ivan este conceito tem origem na concepção de “economia moral” (expectativas, tradições, relações, negociações e conflitos) de Thompson, e o autor considera inadequada qualquer uso deste conceito em outro contexto que não o tratado por Thompson. Pois Thompson está tratando da

² XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder” In: HESPANHA, António Manuel. (coord.) *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

regulação de mercado e a economia do dom, da regulação de autoridade e obediência. Para o autor pensar esta dinâmica como uma redefinição dos espaços de poder e renegociação, o espaço público vai se firmando como “arena” e é aí que localizaria o conflito latente produzindo a ambigüidade e a dualidade do conceito. Para Ivan as redes desse tipo não se resumem em relações de dominação e submissão, podem ser baseadas em relações recíprocas, laços de parentela e aliança. Também critica o uso do conceito de clientelismo com a “definição conceitual alargada”. Trás o exemplo de uso errôneo deste conceito a obra de Richard Graham, onde a “ordem institucional no Império teria sido inteiramente baseada na lógica clientelar”. Assim para este autor não há oposição entre ordem privada e ordem institucional, sendo ambas complementares. Ivan concorda com o posicionamento de Ângela Alonso em relação a Graham, para ela ao seguir esta lógica, o dito autor negou “qualquer processo de modernização ou mudança”, já que “assume a patronagem como fenômeno de longa duração e com isso o motor explicativo não apenas do Império, mas de toda a história brasileira”. Neste caso concordo plenamente com Ivan, o conceito de clientela tem que ser usado com muito cuidado, já que nem toda relação desigual é clientelar e com certeza o tempo histórico tem que ser observado, pois a base deste conceito está na idéia de sociedade corporativa no Antigo Regime.

Velasco salienta que há trabalhos historiográficos voltados para o estudo da família que trás avanços no mapeamento da formação de redes sociais, tendo com base as relações de parentesco, solidariedade e reciprocidade. Destaca como exemplo o trabalho de Maria Fernanda V. Martins. Para o autor tais ligações não são dadas como “auto evidentes”, devem ser pensadas como “tema da investigação empírica”.

Manuel Hespanha demonstra que desde os gregos até o fim do Antigo Regime, alguns conceitos eram usados para representar as ligações políticas, tais como a Amizade, liberalidade e caridade, magnificência, gratidão e a servidão. Estes conceitos remetem ao discurso sobre família, casa, honra e nobreza, que legitimava estes mecanismos de serviço e obediência.

Outro ponto importante tratado pelo autor é a natureza dos benefícios concedidos, estes têm natureza diversa e variavam de acordo com a posição e os vários espaços sociais. Podem variar entre capitais econômicos, políticos ou simbólicos, ou

seja, por não se tratar apenas de ganhos financeiros fica “difícil definir os limites exatos do seu montante”. O caráter “incerto” dos benefícios constitui uma gama de possibilidades de retribuição e com isso um contínuo reforço econômico e afetivo dos laços que uniam os indivíduos, gerando uma crescente espiral de poder fundamentada nos atos de gratidão e serviço. A última instância destas redes eram as concessões de serviços ou mercês dadas pelo Rei. O Rei usava as redes em seu benefício, como também para neutralizar os que eram contra aos seus interesses e funcionava como um excelente instrumento político.

Articulação de hierarquia e poder na sociedade colonial portuguesa.

As redes clientelares e o compadrio são evidenciados por alguns autores em seus trabalhos como forma de articulação hierárquica e poder na sociedade colonial, ambos são tratados como forma de articulação social no intuito de formar clientela ou para ampliar as redes de parentesco e solidariedade. O batismo e o casamento normalmente fazem o elo para tais objetivos, contudo as alianças podem se formar de outras maneiras, como Pedro Carmim vai ressaltar em seu texto, “*Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII*”. O autor esclarece a temática amizade e as relações afetivas dos séculos XVI e XVII, ele propõe uma investigação sobre o significado político do amor e da amizade para os Ibéricos nestes séculos. O conceito de amor e amizade contemporâneos é fundamentalmente uma “invenção”, remontando ao século XIX no contexto do Romantismo, onde o relacionamento “amistoso” foi essencialmente ligado a esfera privada e marcado pela ausência de formalização ou rituais públicos e por flexibilidade na gestão dos vínculos, o que é bem diferente do que caracterizava estes conceitos no período anterior ao século XVIII. Carmim salienta que as noções de “amor” e “amizade” apresentam um significado diverso e ampliado durante o Antigo Regime, de modo que criavam laços afetivos fortalecendo “a relação entre pessoas que não possuíam qualquer vínculo familiar”. Assim, “as relações afetivas estabelecidas nessa sociedade organicamente estruturada podiam assumir formas diversas, como o **apadrinhamento**, o **clientelismo**, o **compadrio**, o **companheirismo militar**, a **confraria**, etc.” (CARMIM, 1999, p.40). Dependendo do caso, tais laços eram mais poderosos do que os laços familiares. A importância política e social desses conceitos estava relacionada com a sistematização destes, pela teologia moral e pela literatura

jurídica. O autor mostra que o amor e a amizade estavam presentes em todos os lugares nesse período, pois eram expressas na ordem dos saberes, na literatura e nas artes visuais. Isso significa que o universo teológico-jurídico participava intimamente da produção “dogmática” das relações sociais, ou seja, definia o arranjo das relações entre as pessoas e o uso cotidiano destas.

As relações de amizade ou parentesco vão estar presentes na sociedade colonial portuguesa, alguns autores como Maria Fernanda Viera Martins, João Fragoso e Cacilda Machado vão desvendar tais práticas como forma de articulação social. Devo lembrar que vários outros autores trabalham com a temática proposta, contudo não é o objetivo do texto fazer um levantamento historiográfico sobre a temática, pretende-se apenas exemplificar tais articulações no Brasil colonial.

Em análise do Brasil em meados do XVIII, Maria Fernanda Viera Martins observou que houve uma série de rupturas que modificou o equilíbrio de forças e interesses no interior da colônia neste período. Tais rupturas tiveram início nas reformas pombalinas abrangendo até a vinda da Corte Portuguesa. Esta reorganização beneficiou as redes e alianças tradicionais entre autoridades régias e as elites locais, houve uma crescente ascensão com a ocupação de altos cargos jurídico-administrativos. O objetivo do trabalho de Martins é analisar as elites do Rio de Janeiro, com ênfase nos grupos de estudantes universitários mandados para a universidade de Coimbra, com intuito de desvendar as estratégias usadas pelas elites fluminenses para se manter no poder neste período de grandes transformações. Para tal a autora procurou identificar as origens sociais e familiares e quais redes de poder foram construídas por eles e suas famílias para se manter “próximos as esferas de poder”. A crítica feita pela autora à historiografia brasileira, esta relacionada à tentativa de colocar a elite como homogeneizada e de atrelar a formação acadêmica à intenção da “coroa em constituir um quadro burocrático”. Propõe analisar o ingresso destes estudantes na instituição como uma estratégia de reiteração de status e ascensão política e social dos grupos e famílias neste período.

Alguns exemplos são trazidos pela autora, como o caso de Bernardo da Silva Ferrão, nascido em Lisboa em 1688 e veio para o Brasil em 1736 para vigiar o contrabando de ouro em Minas Gerais, em Vila Rica (MG) serviu ao Governador

Gomes Freire de Andrade. Cavaleiro do Hábito de Cristo casou-se no Rio de Janeiro com Francisca de Seixas da Fonseca, filha de um rico negociante, que em busca de ascensão social se beneficiava com a aliança. Tiveram três filhos, todos enviados a universidade de Coimbra, apenas um dos filhos seguiu a carreira eclesiástica, os outros dois, carreiras ligadas à administração. Tal exemplo demonstra a mudança retratada pela autora, a partir da segunda metade do século XVIII quando “bacharéis fluminenses” retornaram ao Brasil ocupando cargos administrativos. Já as duas filhas do mesmo Bernardo casaram-se uma com o sargento-mor de Sabará Manoel da Rocha Brandão e a outra com o capitão Balthazar João Mayrink, formalizando a união da família aos Manso da Costa Reis Sayão (Ouro Preto), famílias de políticos e magistrados importantes no II Reinado. Aqui o casamento aparece como importante elo entre as famílias abastada, demonstrando também a formação ou oficialização de rede clientelar através do sacramento do matrimônio. Outros casos são apresentados pela autora, não só mostrando certa tendência das famílias abastadas em mandar seus filhos a universidade de Coimbra com intuito de abranger suas redes de poder com cargos estratégicos na administração governamental, mas também se observa que através do casamento formavam alianças político-administrativas importantíssimas para a manutenção do poder, ou seja, redes de clientela.

João Fragoso trás em seu texto exemplo de redes clientelares formadas pela idéia de parentesco e amizade entre senhores, que através da estratégia de casamento certas famílias conseguiam manter ou estender seu domínio sobre a terra, homens e cargos administrativos. Cita como exemplo o caso do coronel João Barbosa Sá Freire, de Miguel pimenta Sampaio e de Miguel Rangel de Sousa, onde os filhos e sobrinhos dos mesmos estavam unidos por casamento, sugerindo um emaranhado parental como estratégia de domínio. O autor também discute a relação de compadrio para a sociedade corporativa colonial. Para ele o compadrio nesta sociedade vai ultrapassar as relações de vizinhança, pois estreitava as relações entre diferentes estratos sociais possibilitando a formação de alianças de “parentesco fictício” ou até mesmo redes de clientela. Fragoso apresenta um exemplo desta “teia de relações”.

“Por exemplo, em Jacarepaguá da década de 1750, 217 famílias livres conjugais e solitárias levaram seus filhos para o batismo. Destas famílias, sete escolheram como padrinho Antonio Pacheco Cordeiro, morador no Rio Grande. Além disto, Pacheco Cordeiro era consanguíneo do Capitão Manuel

Pimenta Sampaio, senhor das ditas terras. Este, por seu turno, foi padrinho em seis famílias livres, sendo duas de forros pardos e uma de índios. Na mesma freguesia e época, 276 famílias de escravos levaram seus rebentos para o batismo: 30 foram apadrinhadas por 25 moradores do Rio Grande, sendo cinco da família Sampaio, senhora do engenho e integrante da nobreza da terra.” (FRAGOSO, 2010, p.79).

Já Cacilda Machado mostra que a instituição compadrio constitui alianças hierárquicas, pois é raro um escravo apadrinhar uma criança livre, os cativos preferem padrinhos ou madrinhas forros ou livres, principalmente em unidades escravistas de pequeno porte. A autora destacou o estudo de Silvia Brugger, que demonstra a complexidade do compadrio, indicando a existência de laços de solidariedade entre padrinhos e afilhados e entre compadres, mas revela o componente de dominação presente nesta relação. Cacilda concorda que o "compadrio comportava inúmeros conteúdos políticos”.

“O compadrio era uma aliança utilizada de diversas maneiras por escravos e libertos. Foi um instrumento efetivo na formação e consolidação de uma comunidade de escravos e livres de cor, mas também ligava essa população com a sociedade branca de todos os estratos sociais, e ao menos em São José dos Pinhais, com a parentela senhorial.” (MACHADO, 2006, p.73).

Os sacramentos católicos como o casamento e o batizado não podem ser sempre relacionados com jogos de interesses entre dominante e dominado ou entre famílias abastada, as intenções que levaram as escolhas de padrinho ou de conjugos podem estar relacionado com outros fatores como amor, amizade, família, proteção ou religiosidade. Para que se caracterize relação de interesse entre as relações elencadas tem de haver um estudo minucioso e com várias fontes no sentido de comprovar uma determinada hipótese, e principalmente ter em mente as concepções de sociedade do *Antigo Regime*¹, ou seja, “a sociedade baseada no privilegio como naturalmente ordenador da sociedade”, pois comprovar a intencionalidade das ações é muito difícil.

Conclusão

As concepções de Antigo Regime e sociedade corporativa dão substrato para se entender à sociedade colonial na America portuguesa do século XVI ao XVIII. A partir de tais concepções, vários autores vêm reconstruindo redes sociais e de poder no período tratado. Os exemplos mostrados no texto confirmam a importância dos estudos

para a releitura do contexto colonial, acompanhando as descobertas da historiografia portuguesa. A partir destas concepções podemos nos aproximar da história social e local da colônia, mas principalmente mostrar que esta sociedade era bem mais dinâmica do que a historiografia tradicional demonstrou.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla. Demografia e Laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana, 1750-1850. População e família. São Paulo. 1 (1): 235-260, 1998.

ALMEIDA, C. M. C. Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas: uma discussão sobre estatuto. In: II Encontro Memorial do ICHS - UFOP, 2009, Mariana. Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP. Mariana: ICHS/UFOP, 2009. v. 1. p. 1-13.

ANDRADE, Cristiana Viegas de; BOTELHO, Tarcísio R.; LIBBY, Douglas Cole; Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. In: R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 199-206, jan./jun. 2012.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: Almanack brasileiro n°02, p. 21-34, novembro 2005.

BOTELHO, Tarcísio R. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. In: Anais da V jornada setecentista: Curitiba, p.676-703, novembro de 2003.

CARDIM, Pedro. “Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”. In: *Lusitania Sacra. Lisboa: Universidade Católica portuguesa, 1999, T. XI, 2ª Série.*

DELFINO, Leonara Lacerda. *Demografia e escravidão no sul de minas: Aspectos precedentes a “família escrava”. Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires (1810-1873).* (Dissertação, Mestrado), Juiz de Fora: UFJF. Instituto de Ciências Humanas, 2009.



FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In: *Penélope*, nº23, ano 2000. p. 67-88.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. In: *Topoi*, 2010, v.11, n.21, jul.-dez., p.74-106.

GINZBURG, Carlo. “O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL. 1991.

LEVI, G. Reciprocidade mediterrânea. IN: OLIVEIRA, M.R e ALMEIDA, C.M.C. (Orgs). *Exercícios de Micro História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

MACHADO, Cacilda. As Muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.26, n 52, p.49-77, 2006.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Famílias, poderes locais e redes de poder: estratégias e ascensão política das elites coloniais no Rio de Janeiro (1750-1808). In: [Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime | Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011].

MATA, Karina Paranhos da. Representação social e riqueza nas Minas do Ouro: Perfil dos proprietários de escravos na primeira metade do setecentos. In: *XV Encontro Nacional de Estudos de População*. Caxambu, MG, Setembro de 2006.

_____. Padrões de riqueza no termo de Ribeirão do Carmo e da Comarca do Rio das Velhas (1713-1750). In: *As Minas e o Império: Dinâmicas locais e projetos coloniais portugueses*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack brasileiro* nº 02 novembro, p. 4-20, 2005.



OLIVEIRA, M. R. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLVIII, p. 100-115, 2012.

OLIVEIRA, M. R. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). Varia História (UFMG. Impresso), v. 27, p. 625-644, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do séc. XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. IN: OLIVEIRA, M.R e ALMEIDA, C.M.C. (Orgs). Exercícios de Micro História. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder” In: HESPANHA, António Manuel. (coord.) *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “Redes Clientelares” in: António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal – vol.4*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993b.